

Tipo Jurídico

Porte Empresarial

Normal

Nome

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

FORT RC CONSULTORIA LTDA

Código Ato

Eventos

090

Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
999	1	Contrato / Sem Eventos (Empresa)
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR BARBARA CRISTINA RODRIGUES HARTJE SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

[illegible]

Deferido em 26/02/2018 e arquivado em 26/02/2018


Bernardo Feijo Sampaio Berwanger

SECRETÁRIO GERAL



00-2018/036101-5

Nº de Páginas

Capa Nº Páginas

12

1/1

Observação:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: FORT RC CONSULTORIA LTDA

NIRE: 332.1049963-7 Protocolo: 00-2018/036101-5 Data do protocolo: 21/02/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 26/02/2018 SOB O NÚMERO 33210499637 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: B55FE5F427B8E09575C1534F86AD1CA7614CD544592CC5E0A1DE3F9F7A62B024

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 1/12





Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nº do Protocolo

00-2018/036101-5

21/02/2018 - 15:53:25

JUCERJA

Último Arquivamento:

Órgão	Calculado	Pago
Junta	387,00	387,00
DREI	21,00	21,00

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

XX.XXX.XXX-X

Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

Porte Empresarial

Normal

Boleto(s): 102612526

Hash: 18FD2D44-70DA-4AA2-8B22-AA334C6ED35D



REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

FORT RC CONSULTORIA LTDA

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato	Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
090	999	1	Contrato / Abertura de Matriz
xxx	xxx		XX
xxx	xxx		XX
xxx	xxx		XX
xxx	xxx		XX

Representante legal da empresa

Nome:	JOSÉ WENDES DA SILVA
Assinatura:	
Telefone de contato:	
E-mail:	
Tipo de documento:	Híbrido
Data de criação:	21/02/2018
Data da 1ª entrada:	



00-2018/036101-5

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: FORT RC CONSULTORIA LTDA

NIRE: 332.1049963-7 Protocolo: 00-2018/036101-5 Data do protocolo: 21/02/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 26/02/2018 SOB O NÚMERO 33210499637 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: B55FE5F427B8E09575C1534F86AD1CA7614CD544592CC5E0A1DE3F9F7A62B024

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 2/12



INTRUMENTO PARTICULAR DE
CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA
LIMITADA DENOMINADA “FORT RC
CONSULTORIA LTDA. ”, na forma abaixo:

Pelo presente instrumento particular, nesta e na
melhor forma de direito,

1. ALAN FERNANDES VIEIRA, brasileiro, casado no regime da comunhão parcial de bens, nascido em 13 de novembro de 1987, contador, portador da carteira de identidade nº 2382755853, expedida pelo DETRAN / RJ, inscrito no CPF / MF sob o nº 111.036.187-41, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, na Rua Florianópolis, nº 1.434, bloco 1, apartamento 205, Praça Seca;

2. ALEXANDRE CALABRIA TINOCO, brasileiro, casado no regime da comunhão parcial de bens, nascido em 29 de janeiro de 1987, contador, portador da carteira de identidade nº 21840794-8, expedida pelo DETRAN / RJ, inscrito no CPF / MF sob o nº 114.346.067-75, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, na Rua Fadel Fadel, nº 54, apartamento 104, Leblon;

3. RAFAEL LOPES DE OLIVEIRA COSTA, brasileiro, solteiro, nascido em 26 de outubro de 1983, advogado, portador da carteira de identidade nº 13098241-6, expedida pelo DETRAN / RJ, inscrito no CPF / MF sob o nº 057.866.797-56, residente e domiciliado na Cidade de Niterói, na Rua Doutor Paulo César, nº 25, apartamento 306, Icaraí;

4. VINICIUS TAVARES RISCADO, brasileiro, casado no regime da comunhão parcial de bens, nascido em 16 de junho de 1981, contador, portador da carteira de identidade nº 11935622-8, expedida pelo DETRAN / RJ, inscrito no CPF / MF sob o nº 054.281.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de

Handwritten signature and initials.

Janeiro, na Avenida Maestro Paulo e Silva, nº 295, bloco 3, apartamento 305,
Ilha do Governador,

resolvem constituir uma sociedade empresária de responsabilidade limitada, da qual serão os únicos sócios, mediante as cláusulas e condições do **CONTRATO SOCIAL** a seguir, o qual, mútua e reciprocamente aprovam, aceitam, outorgam e estipulam:

CONTRATO SOCIAL DE “ FORT RC CONSULTORIA LTDA. ”

CLÁUSULA PRIMEIRA: denominação, sede e duração.

A SOCIEDADE denominada “ FORT RC CONSULTORIA LTDA. ”, que utilizará o nome fantasia “ Fort Risk & Compliance Consultoria e Gestão ”, é uma sociedade empresária de direito privado, de responsabilidade limitada, com autonomia administrativa e financeira, organizada nos termos dos artigos 997 e seguintes, do Código Civil, regendo-se pelo presente Contrato Social e pela legislação que lhe for aplicável.

Parágrafo primeiro: a SOCIEDADE terá sua sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, à Rua Doutor Marques Canário, nº 24, sala 408, Leblon, CEP 22.441-060, podendo, a qualquer tempo, a critério e por deliberação dos sócios, mediante alteração contratual, abrir ou fechar filial ou outra dependência em todo o território nacional.

Parágrafo segundo: o prazo de duração da SOCIEDADE é indeterminado.

CLÁUSULA SEGUNDA: objeto social.

A SOCIEDADE tem como objeto social a prestação de serviços de consultoria empresarial em governança corporativa, gerenciamento de riscos, conformidade

16
2

empresarial, diagnóstico de gestão, bem como a prestação de serviços de assessoria e consultoria econômica e financeira, e demais assuntos relacionados a tais atividades.

CLÁUSULA TERCEIRA: capital social e responsabilidade dos sócios.

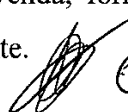

O capital social é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), dividido em 20.000 (vinte mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas, neste ato, em moeda corrente do País, distribuídas entre os sócios da seguinte forma:

<u>Sócios</u>	<u>Quotas</u>	<u>Capital</u>
Alan Fernandes Vieira	5.000	R\$ 5.000,00
Alexandre Calabria Tinoco	5.000	R\$ 5.000,00
Rafael Lopes de Oliveira Costa	5.000	R\$ 5.000,00
Vinicius Tavares Riscado	5.000	R\$ 5.000,00

Parágrafo único: a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

CLÁUSULA QUARTA: alienação, cessão e transferência de quotas.

As quotas são indivisíveis em relação à SOCIEDADE e livremente transferíveis entre os sócios, mas não poderão ser alienadas, cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento prévio e expresso dos demais sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

 @ 



Parágrafo único: para os fins e efeitos desta cláusula, o sócio retirante da SOCIEDADE deverá notificar previamente os sócios remanescentes, com prazo de trinta dias para o exercício do direito de preferência, a contar do efetivo e inequívoco recebimento da notificação, em tudo observados os termos, cláusulas e condições deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA: administração.

A administração da SOCIEDADE será exercida pelos sócios Alan Fernandes Vieira e Rafael Lopes de Oliveira Costa, em conjunto, ou isoladamente por qualquer um deles, independentemente de caução, autorizado o uso do nome empresarial, sendo-lhes vedadas, no entanto, dita utilização em atividades estranhas ao interesse social, a assunção de obrigações em favor de qualquer dos sócios e / ou de terceiros, bem como a alienação ou ônus dos bens imóveis da SOCIEDADE, sem o consentimento expresso de todos os demais sócios, sob pena de nulidade dos atos assim praticados.

Parágrafo primeiro: mediante aprovação prévia dos sócios, será admitida a designação de administradores que não integrem a SOCIEDADE, observado o disposto nos artigos 1.061 e 1.062, ambos do Código Civil.

Parágrafo segundo: os sócios, quando no exercício de suas funções na administração da SOCIEDADE, terão direito a uma retirada mensal a título de *pro labore*, em quantia a ser estipulada em reunião de sócios.

CLÁUSULA SEXTA: representação.

A SOCIEDADE será representada, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, por qualquer um de seus sócios, isoladamente, ou por vários deles, em conjunto, ou, ainda, por procurador nomeado por pelo menos um sócio administrador, através de instrumento de mandato, com poderes expressos e especiais para tal

4

fim, e com prazo de validade não superior a 1 (um) ano, exceto nos casos de representação da SOCIEDADE em processos administrativos ou judiciais, cujo prazo poderá ser por tempo indeterminado.

CLÁUSULA SÉTIMA: reunião de sócios.

A reunião de sócios constitui a autoridade suprema da SOCIEDADE e será integrada pelos sócios desta, todos com direito a voto, na proporção de suas quotas, nos termos do artigo 1.010, do Código Civil, com a finalidade precípua de aprovar e ratificar toda e qualquer resolução concernente às atividades e aos atos negociais de interesse da SOCIEDADE.

Parágrafo primeiro: todas as deliberações sociais serão tomadas por maioria de votos, salvo nas hipóteses em que a Lei ou este Contrato Social estabelecer *quorum* qualificado.

Parágrafo segundo: as reuniões de sócios realizar-se-ão, ordinariamente, uma vez ao ano, dentro do período compreendido entre os dias 1º de janeiro e 30 de abril, ou, também, extraordinariamente, quando necessário, em tudo observadas, inclusive quanto à forma de convocação, as regras estabelecidas nos artigos 1.072, 1.073, 1.074, 1.075 e 1.078, todos do Código Civil.

CLÁUSULA OITAVA: exercício social, demonstrações financeiras e distribuição de lucros.

O exercício social coincidirá com o ano civil. Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, serão levantados o balanço patrimonial da SOCIEDADE e as demais demonstrações financeiras exigidas por Lei e respectivas normas contábeis.

Ala

②
[assinatura]

Parágrafo primeiro: por deliberação dos sócios, a SOCIEDADE poderá levantar balanços patrimoniais intermediários, distribuindo dividendos à conta dos lucros apurados nesses mesmos balanços, assim como distribuir dividendos à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros oriundas do último balanço patrimonial anual.

Parágrafo segundo: a distribuição dos lucros far-se-á, em regra, na proporção da participação de cada sócio no Capital Social, sendo os eventuais prejuízos suportados também pelos sócios nessa mesma proporção.

Parágrafo terceiro: os sócios poderão adotar critério diferenciado de participação nos lucros e prejuízos da SOCIEDADE, através de deliberação unânime, em reunião de sócios especialmente convocada para tanto.

CLÁUSULA NONA: exclusão de sócio, dissolução e liquidação da SOCIEDADE.

Os sócios representantes da maioria do Capital Social poderão excluir da SOCIEDADE qualquer sócio que tenha praticado atos de inegável gravidade, os quais ponham em risco a continuidade da empresa, observando-se, para tanto, o disposto no artigo 1.085, do Código Civil.

Parágrafo primeiro: as quotas do sócio excluído poderão ser canceladas, com a redução do Capital Social, ou, ainda, redistribuídas entre os sócios remanescentes, na proporção da participação de cada um no Capital Social, após o integral cumprimento de eventuais obrigações para com o sócio excluído.

Parágrafo segundo: a SOCIEDADE não será dissolvida nem entrará em liquidação por retirada, morte ou exclusão de qualquer sócio.

de

de

Parágrafo terceiro: o sócio que desejar se retirar da SOCIEDADE deverá manifestar previamente sua vontade, por escrito, através de carta protocolada e/ou notificação à SOCIEDADE, com prazo de noventa dias, para as providências previstas nesta cláusula.

Parágrafo quarto: os haveres do sócio retirante, morto ou excluído serão calculados com base em balanço especial de verificação, a ser levantado no prazo de sessenta dias, a partir da data da retirada, morte ou exclusão, com a consequente liquidação do débito mediante pagamento inicial do valor equivalente a 30% (trinta por cento) dos haveres apurados em até trinta dias após o levantamento do balanço especial, e o restante em dez parcelas iguais, mensais e sucessivas, as quais serão atualizadas monetariamente pelo índice aplicável às cadernetas de poupança, porém sem a incidência de juros.

Parágrafo quinto: a SOCIEDADE dissolver-se-á nos casos previstos nos artigos 1.033 e 1.044, do Código Civil, cabendo aos sócios, em tal hipótese, deliberar e eleger o liquidante, em reunião de sócios especialmente convocada para tanto, procedendo-se à liquidação conforme previsto nos artigos 1.102 e seguintes, também do Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA: disposições gerais.

O presente Contrato Social poderá ser livremente alterado por deliberação dos sócios representantes de, no mínimo, três quartos do capital social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: foro.

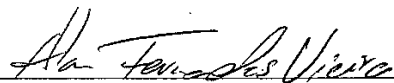
Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato Social.

①
7
Vnt

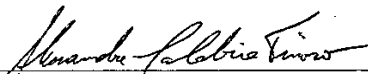
Declaração de desimpedimento: os administradores declaram, sob as penas da Lei, não estarem impedidos de exercer a administração da SOCIEDADE, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

E, assim, por estarem justos e contratados, e constituída a sociedade empresária “FORT RC CONSULTORIA LTDA.”, assinam as Partes o presente instrumento particular, em três vias de idêntico teor e forma, na presença das testemunhas, para os devidos e regulares fins legais.

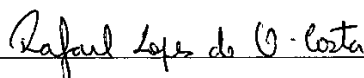
Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2018.



ALAN FERNANDES VIEIRA



ALEXANDRE CALABRIA TINOCO

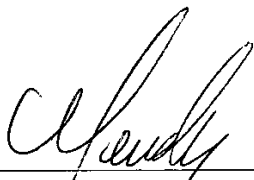


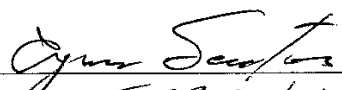
RAFAEL LOPES DE OLIVEIRA COSTA

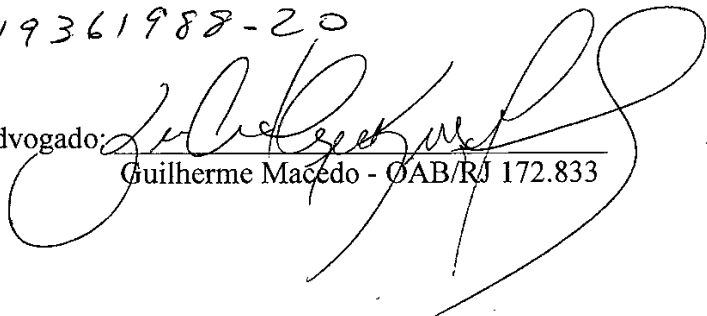


VINICIUS TAVARES RISCADO

Testemunhas:


Identidade: 159 1487404 - JOSE MENDES DA SILVA
CPF: 261985947-20


Identidade: JORGE LUIZ DOS SANTOS
CPF: 549361988-20

Vista do Advogado: 
Guilherme Macedo - OAB/RJ 172.833





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

DOCUMENTO BÁSICO DE ENTRADA DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

CÓDIGO DE ACESSO

RJ.89.01.62.11 - 00.011.103.618.741

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação)

FORT RC CONSULTORIA LTDA

Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

101 Inscrição de primeiro estabelecimento

Quadro de Sócios e Administradores - QSA

03. DOCUMENTOS APRESENTADOS

☒ FCPJ☐ QSA

04. IDENTIFICAÇÃO DO PREPOSTO

NOME DO PREPOSTO

CPF DO PREPOSTO

05. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

☒ Responsável☐ Preposto

NOME

ALAN FERNANDES VIEIRA

CPF

111.036.187-41

LOCAL E DATA

ASSINATURA (com firma reconhecida)

06. RECONHECIMENTO DE FIRMA

IDENTIFICAÇÃO DO CARTÓRIO

07. RECIBO DE ENTREGA

CARIMBO COM DATA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO DA UNIDADE
CADASTRADORA

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016



Preparar Página
para Impressão

<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/fcpj/consulta.asp>

1/2

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: FORT RC CONSULTORIA LTDA

NIRE: 332.1049963-7 Protocolo: 00-2018/036101-5 Data do protocolo: 21/02/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 26/02/2018 SOB O NÚMERO 33210499637 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: B55FE5F427B8E09575C1534F86AD1CA7614CD544592CC5E0A1DE3F9F7A62B024

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 12/12

